

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS — UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Cadernos de Geografia

O ESPAÇO INDUSTRIAL NO DISTRITO DE AVEIRO (*)

LUCÍLIA CAETANO

O distrito de Aveiro (Fig. 1) é considerado significativo, no contexto económico-geográfico de Portugal, em especial através da vitalidade económica denunciada.

As populações deste território conheceram durante longo tempo uma feição quase exclusivamente agrícola, mas hoje os seus 619 966 habitantes, recenseados em Março de 1981, entregam-se às mais variadas actividades, desde a pesca e a pecuária, a diferentes indústrias e aos serviços.

O grau da prosperidade da área depende, essencialmente, da riqueza do solo e sub-solo, do modo como é feita a sua exploração e do desenvolvimento industrial que se veio a registar. A proliferação de unidades fabris e o afluxo populacional que determina é um aspecto relevante.

Não é a indústria de base que predomina, mas antes a de bens de consumo, numa diversidade de estabelecimentos e ramos (Fig. 2).

O crescimento industrial que o distrito de Aveiro conheceu, confere-lhe particularidades económicas próprias, cujas causas e factores de desenvolvimento se relacionam tanto com a história económica dos séculos passados como com condicionalismos actuais.

1. Reflectindo as características estruturais do crescimento industrial verificado no País¹, o distrito de Aveiro mantinha-se, ainda em meados do século XIX, numa situação pré-industrial. Contudo, confrontando os resul-

* Todos os elementos informativos e reflexões apresentadas nesta «Nota» são extraídas do nosso trabalho — «*A indústria no distrito de Aveiro. Análise geográfica relativa ao eixo rodoviário principal (EN n.º 1) entre Malaposta e Albergaria-a-Nova*, Coimbra, 1985, 864 p. (no prelo) — apresentado em provas de doutoramento.

¹ Sobre este assunto (problemas, condicionamentos e algumas características de crescimento da indústria em Portugal) demos uma panorâmica geral na *ob. cit.*, cap. I, pp. 29 a 137.

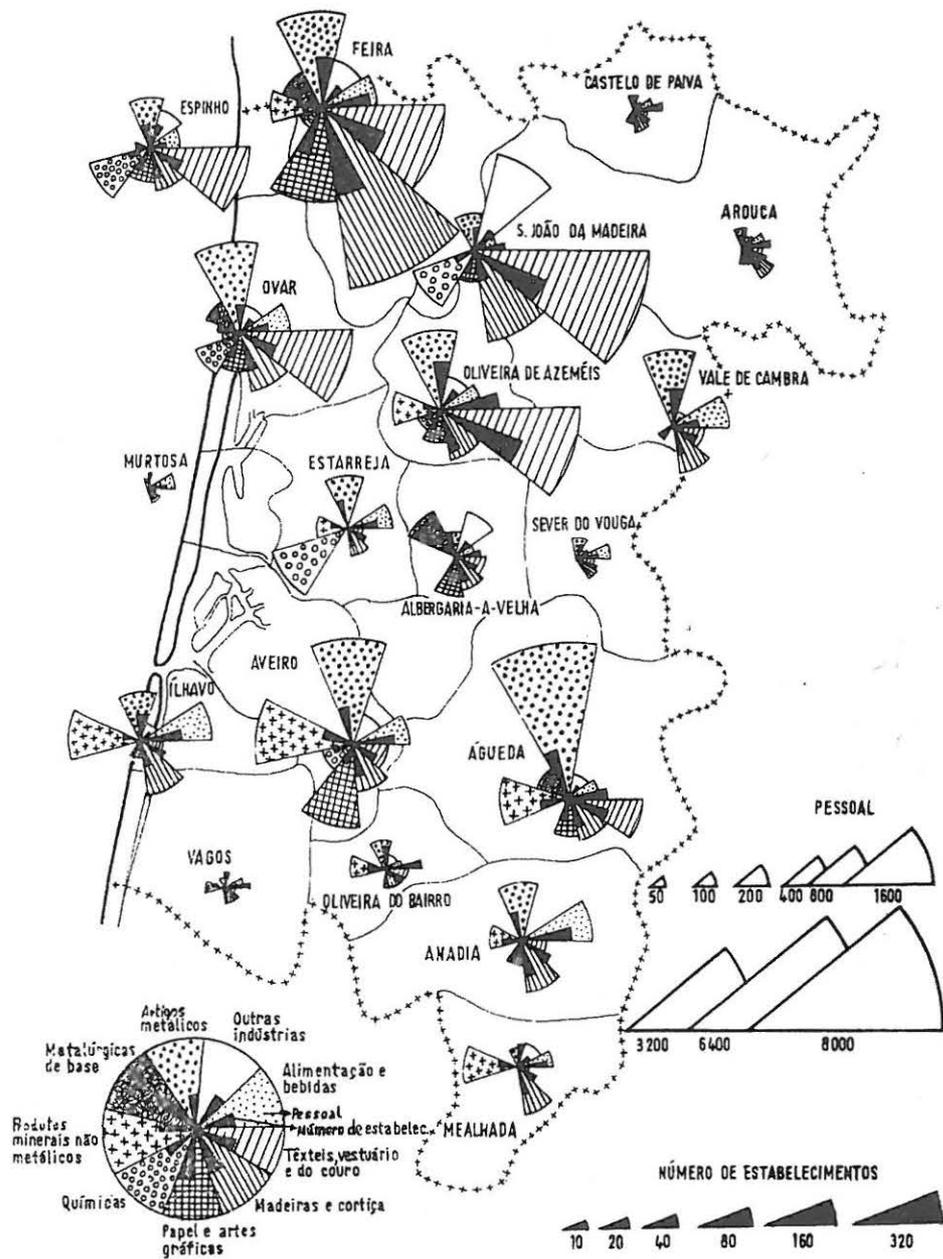


FIG. 2 — As Indústrias Transformadoras no Distrito de Aveiro em 1971 (segundo o pessoal e o número de estabelecimentos).

tados recolhidos no inquérito industrial realizado em 1890 e os do recenseamento da população do mesmo ano, constata-se que o distrito ascendia segundo estes, a um 6.º lugar no conjunto nacional, quer em número de estabelecimentos fabris, quer em emprego.

Era, também, objecto de exploração mineira que chegou a ser florescente. Os concelhos de Oliveira de Azeméis e Sever do Vouga são atravessados, numa direcção, aproximadamente, NW/SE por um filão metalífero, que foi largamente explorado, fornecendo matérias-primas para algumas indústrias locais (por exemplo, fundição e transformação de metais duros e ligas pesadas).

Entretanto, para o acréscimo registado, devem ter concorrido a divulgação da máquina a vapor e dos motores (permitindo a libertação em relação às fontes de energia tradicionais) e o desenvolvimento do capitalismo empresarial. Com efeito, no que respeita às características técnicas dos estabelecimentos industriais, é evidente um aumento no número de motores mecânicos usados. Entre 1881 e 1890, os motores ao serviço da indústria registaram um acréscimo de 5950% em número (360% no Continente) e 94,8% em potência C.V. (34,5% no Continente). Por seu turno, as máquinas a vapor instaladas foram acrescidas de 20% e 293,5% respectivamente em número e potência (contra 53,7% e 18,7% no Continente). Esta tendência evolutiva vai intensificar-se nos anos imediatos. Desde 1890 a 1911 os motores ao serviço da indústria aumentaram 127,6% em número e 1029% em potência C.V.. Deve, ainda, salientar-se que o total de máquinas a vapor, em igual período, foi, igualmente ampliado quer em número (+ 975%), quer em potência (+ 1465,5%)¹. Estes valores, mais que o número de trabalhadores ao serviço da indústria, revelam os progressos deste sector económico no distrito, apesar, e não é demais sublinhar-se, dos seus vínculos a situações pré-industriais. Isto se depreende, por exemplo, da indicação fornecida pelo valor da Contribuição Industrial cobrado nos anos 1892-1900. Se é certo que o distrito de Aveiro, da 13.ª posição, que detinha na gerência de 1892/1893, ascende à 6.ª em 1899/1900, no entanto, da primeira para a segunda gerência (1896/1897) passa apenas de 1,7% da importância total cobrada, no continente, para 2,1%, percentagem que manteve em 1899/1900. Além disto, na Exposição realizada no Palácio de Cristal, no Porto (1891), dedicada à produção nacional e patente ao público durante dois meses (com início a 18 de Novembro), foi notória a escassez de expositores industriais

¹ Neste contexto são os concelhos de Feira, Oliveira de Azeméis e Aveiro que registam maior número de motores mecânicos e de potência, demonstrando, assim, superioridade industrial relativamente aos restantes do distrito.

provenientes do distrito (apenas 5), apesar da curta distância que o separa do Porto, o que confirma a ideia de que a indústria aí existente era sobretudo de pequena dimensão, de feição doméstica, com as verdadeiras fábricas em número reduzido.

Neste período, o crescimento industrial, ficou em grande parte a dever-se à evolução do sistema económico capitalista no nosso País; são as concentrações industriais, quer técnicas, quer financeiras, que se começam a desenhar, é o aparecimento das sociedades anónimas (Lei de 22 de Junho de 1867) e a simplificação das operações de crédito e comércio bancário. É também nesta época que se começam a delinear as alianças do capital financeiro com o capital industrial. Em resultado desta evolução aparecem ligados à indústria do distrito de Aveiro capitalistas (individuais) e sociedades, de que são exemplo: Henrique Burnay & C.^a, proprietários, em 1881, da fábrica de papel de Vale Maior, José Ferreira Pinto Basto (negociante da praça de Lisboa), que, em 1824, funda a Fábrica da Vista Alegre, Costa & Carvalho, fundadores, em 1864, da Fábrica de Lanifícios do Caima, e a Companhia do Caima, com sede em Londres, proprietária da fábrica de polpa de madeira instalada na Quinta do Caima.

Todavia, os agentes directamente responsáveis por este primeiro surto industrial no distrito participaram de uma situação favorável em consonância com a orientação político-económica nacional. A acalmia política, que, de certo modo, se manteve no período da Regeneração (1851-1890), permitiu à nossa indústria conhecer uma fase de expansão. Não só beneficiou do ambiente de paz, como o próprio programa político adoptado incluiu, embora não de forma prioritária, o fomento da indústria. Propôs-se o incremento da construção de estradas ¹, o lançamento do caminho de ferro, a extensão do telégrafo eléctrico a todo o País e a reorganização, em novos moldes, do serviço postal. O campo educativo mereceu, também, a atenção dos governantes, e, de modo especial, o ensino técnico; além da expansão de Escolas Profissionais, os operários portugueses puderam estagiar em fábricas estrangeiras. A realização de exposições industriais a nível nacional e a participação em algumas estrangeiras vão ser igualmente fomentadas neste período.

No mundo contemporâneo assistia-se a uma extraordinária expansão industrial, que, de algum modo, se repercutia em Portugal, graças à aplicação de numerosos inventos científicos e tecnológicos, sobretudo no campo da química, electricidade e metalurgia ².

¹ Entre 1865 e 1884 estas foram acrescentadas com 6 920 km.

² Todavia, a partir de 1890, desencadeia-se uma conjuntura cíclica de crises económico-financeiras que se reflectem desfavoravelmente na indústria, embora esta seja atin-

A localização dos estabelecimentos processou-se principalmente nos centros populacionais mais importantes, ora beneficiando da estrada ou do caminho de ferro, ora ligada à exploração de matérias-primas ou aproveitamento de energia hidráulica. Todavia, assistiu-se, fundamentalmente, à multiplicação e afirmação de indústrias com raiz na produção tradicional. Aconteceu, assim, com as indústrias do papel, no concelho de Feira, de chapéus e calçado (Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira), artefactos de cortiça (Feira), cerâmica (Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Mealhada, Ovar e Vagos) e dos metais (Águeda); as oficinas artesanais iam dando lugar à fábrica. Exceptuam-se as de «tecnologia de ponta» importada, implantadas posteriormente, ligadas nalguns casos a multinacionais e que correspondem à abertura da economia portuguesa ao investimento externo, que marcou a década de 1960, embora tal se tivesse vindo a verificar já anteriormente. Estas indústrias localizaram-se preferencialmente próximo do porto de Aveiro, pois a produção estava vocacionada para a exportação. Entretanto, estas têm originado o desenvolvimento de outras indústrias, essencialmente as de produtos metálicos diversos e em especial as de veículos de transporte e seus componentes.

Não deixa, no entanto, de merecer realce o facto de, a partir de 1890, no distrito de Aveiro, se ter verificado um crescimento contínuo do emprego no sector industrial. Contudo, o aumento mais significativo tem início em 1930, sendo já evidente através dos resultados reunidos no censo de 1950, quer através do número de empregos, quer pela implantação de novas indústrias. A taxa de industrialização, em 1950, colocava-o já em 4.º lugar no conjunto nacional, em 1970 no 2.º e em 1981 no 1.º (Quadro I).

A indústria tem funcionado nesta área como um verdadeiro «pólo de crescimento», na medida em que foi responsável pela implantação, em cadeia,

gida de modo desigual, consoante as suas características específicas; ramo e dimensão. Será mais tarde, entre 1924 e 1927, que a situação económica de crise irá atingir de modo grave a indústria, à qual não escapou a do distrito de Aveiro, sobretudo os sectores que tinham atingido certa dimensão e projecção, para além do ambiente estritamente local. Assim, as fábricas de pasta do papel da Quinta do Caima, papel, cerâmica de construção e porcelana, chapelaria, conserva de pescado (concentrada nos concelhos de Aveiro, Ovar, Feira e Espinho), vidro, adubos (Empresa de Adubos da Ria de Aveiro), curtumes (Estarreja, L.da), artefactos de cortiça, de lixa (Lusostela & Irmão, Sucs., de Aveiro), de descasque de arroz (localizadas nos concelhos de Ovar e Aveiro, atingidas pela crescente importação deste cereal) e de massas alimentícias (por carência de farinhas no mercado interno) reduziram ou paralisaram, inclusivamente, a labôração, seguindo-se, em numerosos casos, a falência, aberta pelos credores.

QUADRO I — Taxa de industrialização por distrito — 1890-1981

DISTRITOS	TAXA DE INDUSTRIALIZAÇÃO*				
	1890 (a)	1930	1950	1970	1981
Aveiro	91	122	132	159	168
Beja	73	65	35	28	22
Braga	101	128	149	148	152
Bragança	61	49	31	15	16
Castelo Branco	119	102	78	78	74
Coimbra	91	73	65	64	69
Évora	74	75	56	60	51
Faro	57	79	87	65	39
Guarda	92	68	50	54	56
Leiria	67	77	83	99	108
Lisboa	140	142	126	98	96
Portalegre	77	66	56	45	43
Porto	193	174	182	164	150
Santarém	69	74	73	74	80
Setúbal		125	166	140	123
Viana do Castelo	60	44	46	39	44
Vila Real	51	35	27	19	19
Viseu	74	45	39	31	34

* Taxa de industrialização segundo o *Índice de Alexandersson*.

em que: T.I. é a taxa de industrialização

$$T.I. = \frac{I_a/I_b}{P_a/P_b} \times 100$$

Ia — número de activos na indústria no distrito
 Ib — número de activos na indústria no total dos distritos
 Pa — população presente no distrito
 Pb — população presente no total dos distritos

(Adaptado de: BERNARD DEZERT e outros, *L'espace industriel*, Paris, 1978, pp. 14, 15).

(a) O distrito de Lisboa compreende na sua área o actual distrito de Setúbal. Este foi criado por Decreto n.º 12870 de 22 de Dezembro de 1926.

de novas indústrias e novos estabelecimentos fabris, bem como pelo desenvolvimento dos serviços.

Domina a pequena empresa — 58% com menos de 5 pessoas ao serviço, em 1971 —, a qual, aliás, de igual modo, caracteriza a estrutura empresarial portuguesa. O distrito distingue-se, ainda, pela localização de indústrias ligeiras reconhecidas como não exigindo apreciáveis imobilizações de capital, sem deixarem de permitir a recolha de lucros compensadores. É nesta base que se deverá entender o crescimento industrial verificado no distrito.

2. Mas se, no conjunto, o distrito apresenta elevado índice de industrialização, dentro dele verifica-se acentuada heterogeneidade¹. Os concelhos situados na faixa litoral, à excepção de Murto e Vagos (com um índice de industrialização respectivamente 29 e 31) e na de transição para a zona serrana apresentam os maiores índices (entre 64 e 167, sendo a média 102), embora o ritmo de crescimento seja desigual. Nos restantes, os índices situam-se, em média, abaixo de 50.

A tipologia das indústrias é variada e sobressaem as de fabricação de produtos cerâmicos, destinados à construção civil e obras públicas, de artigos metálicos integrados na produção especializada, de vestuário e calçado, produtos de cortiça, papel e pasta de papel e produtos químicos de base diversos. Nestes ramos se especializaram os diferentes concelhos conforme mostra o Quadro II.

A mão-de-obra necessária para o crescimento industrial foi em grande parte recrutada entre a população «alóctone»², que entretanto acorria às áreas economicamente «desenvolvidas» (Quadro III). Ao mesmo tempo, verificou-se nestas, em especial a partir de 1950, um envelhecimento da população³, diminuindo também o coeficiente de dependência (63 em 1950 e 58 em 1981). Entre 1970 e 1981 registou-se uma sexo «ratio» mais equilibrada (90 em 1970 e 93 em 1981).

De um modo geral, ocorreu um decréscimo dos activos no sector primário; em 1981, somente nos concelhos de Arouca e Vagos estes continuavam a representar mais de 50%.

Por sua vez, os concelhos que podemos considerar como sendo os que possuem um grau superior de urbanização, pelo peso do sector terciário e, eventualmente, do secundário, relativamente ao primário, são os de Aveiro, Espinho, Feira, Oliveira de Azeméis, Ovar e S. João da Madeira.

3. Neste distrito, e como se deixa antever do que ficou dito, a indústria transformadora implantou-se numa faixa litoral onde se encontram numerosas fábricas de diversos sectores industriais e, concretamente, em certos troços da Estrada Nacional n.º 1 (Lisboa-Porto), chega a formar-se uma

¹ O leitor interessado encontrará a problemática da identificação e análise das disparidades, que se observam na organização do espaço industrial no distrito de Aveiro, explanada em *ob. cit.* cap. III, IV e V, pp. 219 e 325.

² Esta, de certo modo, tomava o lugar da que emigrava; o distrito de Aveiro é o quinto em contingente emigratório no período 1886-1979.

³ A ocorrência de baixos índices de natalidade (27‰) é uma das causas principais; apesar de, em média, estes serem superiores, em cerca de 4‰ aos registados no Continente.

QUADRO II — Especialização Industrial dos Concelhos do Distrito de Aveiro

CONCELHOS	X + 1S	X + 2S	X + 3S
Águeda	M	Mt ₂	—
Albergaria-a-Velha	—	—	P ₃ , M ₃
Anadia	Al	—	—
Arouca	C, D	—	—
Aveiro	P	—	—
Castelo de Paiva	—	C ₂	—
Espinho	T	D ₂	—
Estarreja	—	—	Q ₃
Feira	D	C ₂	—
Ílhavo	Al, V	—	—
Mealhada	Al, V	—	—
Murtosa	Q	—	—
Oliveira de Azeméis	T	—	—
Oliveira do Bairro	V	—	—
Ovar	—	—	—
S. João da Madeira	D	T ₂	—
Sever do Vouga	—	Al ₂	—
Vagos	—	V ₂	—
Vale de Cambra	Mt	—	—

$$X = \frac{\sum u_i}{n}$$

SÍMBOLOS UTILIZADOS

$$S = \sqrt{\frac{1}{n-1} \sum^{19} (u_i - \bar{u})^2}$$

u_i = % de emprego em cada ramo industrial no concelho i

\bar{u} = média aritmética da % de emprego em cada ramo industrial

n = número de concelhos

INDÚSTRIAS	X+1S	X+2S	X+3S
Alimentação e bebidas	Al	Al ₂	Al ₃
Têxteis, vestuário e couro	T	T ₂	T ₃
Madeira e cortiça	C	C ₂	C ₃
Papel e artes gráficas	P	P ₂	P ₃
Químicas	Q	Q ₂	Q ₃
Minerais não metálicos	V	V ₂	V ₃
Metalurgia de base	M	M ₂	M ₃
Produtos metálicos	Mt	Mt ₂	Mt ₃
Outras ind. transformadoras	D	D ₂	D ₃

quase rua-industrial, onde se gera uma concentração de fábricas especializadas num mesmo ramo de fabrico (Fig. 3).

Com o estudo das indústrias implantadas no troço da Estrada Nacional n.º 1, entre Malaposta (concelho de Anadia) e Albergaria-a-Nova ¹,

¹ O troço de rodovia considerada está incluído em três concelhos, Anadia, Águeda e Albergaria-a-Velha, que, como já foi referido, acusam graus de desenvolvimento dife-

QUADRO III — População presente segundo a naturalidade — 1890-1960

CONCELHOS	NÃO NATURAIS DO CONCELHO DE RESIDÊNCIA (EM %)			
	1890	1930	1950	1960
Águeda	4,7	8,3	10,6	11,7
Albergaria-a-Velha	10,6	11,6	12,3	12,7
Anadia	9,9	11,4	13,1	11,5
Arouca	4,3	4,8	9,6	6,9
Aveiro	9,6	16,3	25,4	25,3
Castelo de Paiva	4,7	3,4	10,0	8,3
Espinho	—	29,0	35,0	29,5
Estarreja	1,6	4,1	10,8	12,1
Feira	4,6	3,9	5,4	6,5
Ílhavo	6,9	6,3	14,5	17,2
Mealhada	4,0	10,1	15,8	15,4
Murtosa	—	3,6	5,7	5,7
Oliveira de Azeméis	3,8	4,0	8,6	8,6
Oliveira do Bairro	2,8	2,4	8,3	7,3
Ovar	1,7	3,6	11,9	11,5
S. João da Madeira	—	13,6	27,9	30,0
Sever do Vouga	2,4	2,6	7,0	6,3
Vagos	1,0	1,8	3,6	4,0
Vale de Cambra	2,1	3,3	5,5	4,6

pretendemos contribuir para a compreensão da industrialização deste distrito ¹.

A análise do fenómeno industrial nos concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha e Anadia, no período de 1977/1982, mostra que, apesar da instabilidade político-económica vivida no País, se verificou nestas áreas um acréscimo, quer de novos estabelecimentos (37,8%, 18,1% e 53,6% respectivamente em Albergaria-a-Velha, Anadia e Águeda a que corresponderam acréscimos de pessoal de 31,8%, 33,2% e 24,1%), quer de indústrias. O dinamismo dos seus empresários, aliado ao de novos investidores, e o clima laboral explicam em grande parte este facto.

Em regra, aplicam-se capitais próprios ou emprestados na área da naturalidade e residência do empresário e em firmas constituídas em sociedades

rentes. Concelhos tradicionalmente agrícolas, mas onde, entretanto, algumas indústrias se desenvolviam. Todavia, somente a partir de 1950 começam a registar um crescente emprego no sector industrial à excepção do de Anadia onde a mudança ocorre mais tarde, entre 1970 e 1981.

¹ Cf. o desenvolvimento deste tema apresentado em *ob. cit.*, III parte, pp. 327 e 609.

por quotas, repartidas por vários sócios, familiares ou não, que, regra geral, se iniciaram como operários. Trata-se, quase sempre, de pequenas empresas cuja multiplicação em ramos industriais, já com elevada densidade, só foi possível após a abolição da Lei do Condicionamento Industrial (em 10 de Outubro de 1974) e pela aplicação duma política de protecção a este tipo dimensional de empresa.

Com efeito, do ponto de vista técnico, a tendência aparente é de dispersão, em função da especialização sob a forma de pequenas empresas frequentemente resultantes do desmembramento de outras de maior dimensão. Estas novas empresas organizam-se juridicamente em sociedades por quotas ficando, no entanto, a «sociedade-mãe» detentora de uma parte do capital. Desta forma, embora aquelas se afirmem juridicamente independentes, estão subordinadas a formas de concentração indirecta; estabelecendo-se entre elas acordos de fornecimento de subprodutos ou peças (situação frequente entre as indústrias de artigos metálicos para máquinas e veículos). Semelhantes ligações facilitam o escoamento de parte da produção no mercado local (em especial noutras empresas) ou, inclusivamente, no mercado externo.

A aglomeração dos estabelecimentos observada actualmente na área, embora tenha raízes históricas, foi em alguns casos reforçada pelas famílias aí radicadas, que estiveram na base de gerações de industriais ligadas à fabricação de produtos metálicos, em especial ferragens para construção civil e veículos de duas rodas, ou de tijolo e telha; mas é motivada também pelo efeito de indução, especialmente a partir da obtenção de produtos metálicos. Há ainda o conjunto de factores que podemos designar «de ordem pessoal», os quais se apresentam para muitos empresários de forma indefinida e são designados por outros como sendo «o meio dinâmico» (Quadro IV).

A estrada, por seu turno, é um dos factores modernos da localização da indústria. Ora, uma vez que é deficiente na área a rede de transportes, a implantação dos estabelecimentos fabris orientou-se, de preferência, para a via de comunicação fundamental, no caso, a Estrada Nacional n.º 1. Surgiu assim um crescimento linear, embora sejam reconhecidos focos genéticos próprios, como sejam Águeda e, para norte, Mourisca (no prolongamento daquele e do de Arrancada do Vouga), Albergaria-a-Velha e Branca, e, para sul, Borralha e Aguada de Cima e de Baixo e, já no troço situado no concelho de Anadia, distingue-se o foco de aglomeração próximo de Malaposta e Avelãs de Caminho, que se prolongou para norte, ao longo do mencionado eixo rodoviário (cf. Fig. 3).

Contudo, se a partir de alguns focos houve a expansão de indústrias tradicionais, como aconteceu com o de Águeda — Assequins e Borralha, para os produtos metálicos, e Aguada de Baixo e de Cima, para a cerâmica

QUADRO IV — Factores de localização dos estabelecimentos industriais

FACTORES DE LOCALIZAÇÃO *	FREQUÊNCIA EM % (a)					
	Al	N.º de Ordem	An	N.º de Ordem	Ag	N.º de Ordem
Existência de matérias-primas **	12,5	7	8,3	9	18,8	11
Perspectiva de recrutamento de mão-de-obra qualificada	—	—	37,5	2	35,7	6
Perspectiva de recrutamento de mão-de-obra em quantidade	31,3	3	—	—	25,9	8
Existência de mercados	6,3	10	8,5	8	0,9	14
Presença de indústrias complementares	6,5	9	8,0	10	47,3	3
Razões pessoais do empresário	18,8	5	12,0	7	31,3	7
Facilidade de aquisição do terreno	—	—	—	—	40,2	4
Preço vantajoso por m ²	37,5	2	21,0	4	53,6	2
Posse de terrenos	—	—	29,2	3	39,7	5
Presença de instalações industriais vagas	18,7	6	7,5	11	14,3	12
Disponibilidade de serviços	—	—	4,2	12	19,6	10
O «milieu» industrial	12,0	8	16,7	5	23,3	9
Proximidade do eixo rodoviário principal (EN n.º 1)	93,8	1	58,3	1	56,3	1
Execução de planos directores de urbanização	25,0	4	12,5	6	3,6	13

(a) Relativamente ao total de respostas obtidas na respectiva área concelhia.

* Apenas são referidos os factores citados nas respostas ao inquérito.

** Trata-se de matérias-primas «brutas», incluindo a água em quantidade e qualidade.

Al — Estabelecimentos inquiridos no concelho de Albergaria-a-Velha, num total de 16.

An — Estabelecimentos inquiridos no concelho de Anadia, num total de 24.

Ag — Estabelecimentos inquiridos no concelho de Águeda, num total de 112.

de barro vermelho, tal não se verificou nos restantes, por inter-influência dos sectores industriais, entretanto em desenvolvimento nos três concelhos: têxteis (Águeda), confecção de artigos de vestuário (Albergaria-a-Velha), produtos de madeira, fabricação de artigos de matéria plástica (Águeda e Anadia), peças e acessórios, para fins diversos, obtidos por fundição (Águeda e Albergaria-a-Velha). Contudo, é significativa a produção destinada ao sector da construção civil e obras públicas — cerca de 47% no concelho de Águeda, 50% no de Anadia e 70% no de Albergaria-a-Velha.

Predominam no espaço considerado as empresas de maior dimensão económica relativamente à área concelhia correspondente, o que denota a preocupação de ligação a mercados extralocais. Estes, se bem que pequenos em volume de aquisições, são diversificados na sua distribuição geográfica.

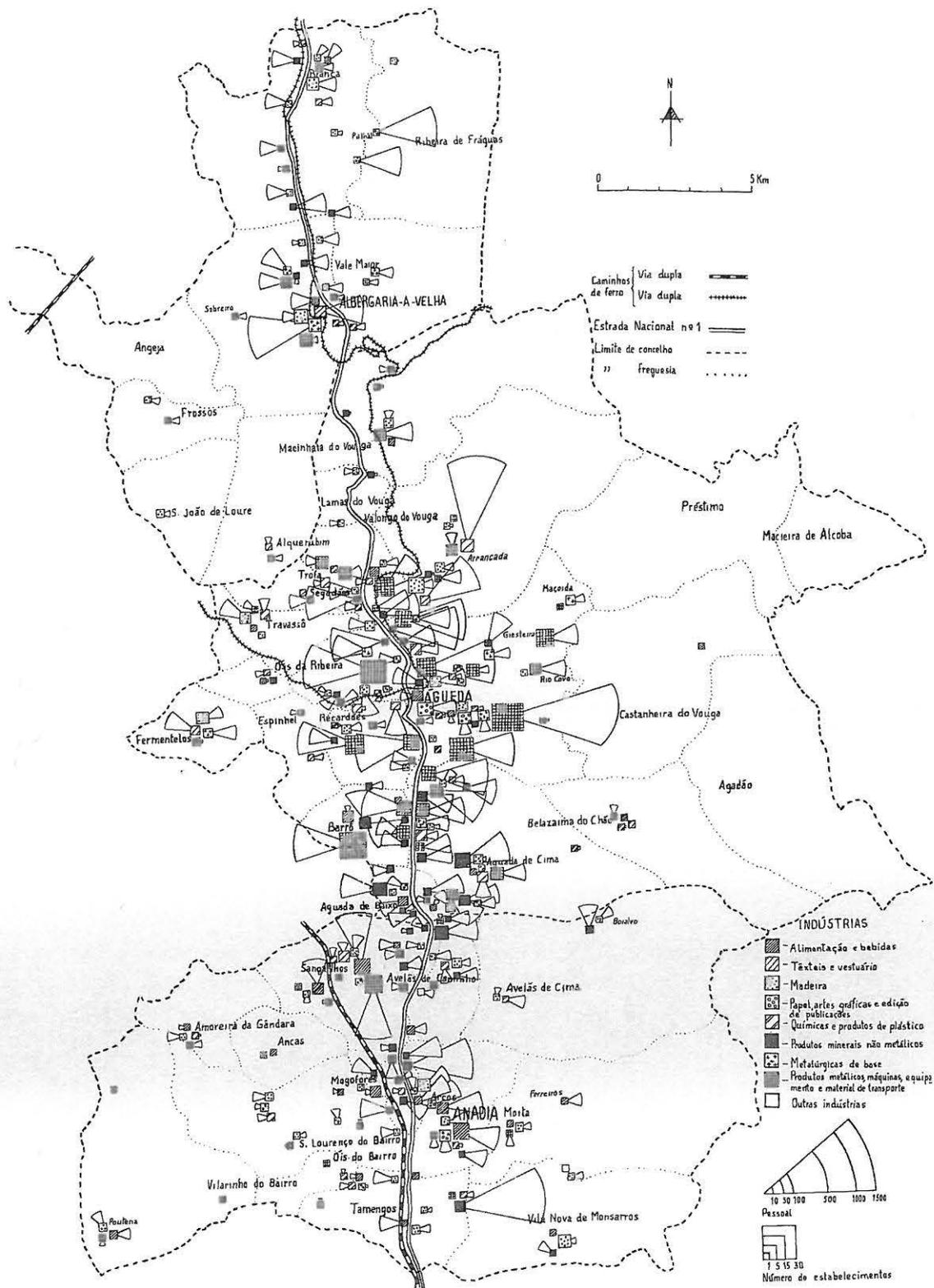


FIG. 3 — Localização dos Estabelecimentos Fabris (segundo as indústrias e pessoal ao serviço) — 1982.

As importações atingem quantitativos importantes e provêm sobretudo de países da área do Mercado Comum e Suécia (ferro e aço).

Por sua vez, a exportação tem pouca relevância para a maioria das empresas (entre 0,5 e 15%); apesar de algumas colocarem em mercados estrangeiros cerca de 80% da sua produção (subprodutos) mediante esquemas subcontratuais com empresas extranacionais, localizadas na área da EFTA ou do Mercado Comum, directamente ou através de armazenistas. São estas, precisamente, que afirmam não temer ou até esperar vantagens da integração de Portugal na CEE (cerca de 25%).

As restantes (que possuem, sobretudo, mercados a nível nacional) atravessam, em geral, um período de crise de vendas pelo efeito conjugado da diminuição do poder de compra da maioria dos portugueses, da não substituição dos mercados que as ex-colónias constituíam, do período de contracção que atravessa o sector da construção civil e da grande concorrência, que as que dispõem de tecnologia tradicional e «design» pouco atraente, dificilmente conseguem vencer; com efeito 66% dos estabelecimentos estão nestas condições. Disto resulta subaproveitamento das capacidades produtivas que pode atingir 20%, ou mesmo 50%.

Além disto, os custos de produção crescentes, quando associados a problemas de gestão, e o recurso intensivo a capitais alheios, têm conduzido a situações que provocam despedimentos (38,8% das empresas), ou pura e simplesmente encerramento (9,2%).

3.1. O estudo a que procedemos sobre o «trabalho humano», factor fundamental da produção, sugere-nos algumas deduções. Assim, o pessoal ao serviço, que diverge numericamente consoante a especificidade das indústrias e a dimensão económica das empresas, adensa-se, naturalmente, no concelho de Águeda, 14 521 em 1982 ou seja 64%. São, aí, as indústrias dos produtos metálicos que empregam maior número de trabalhadores: 61,3%. É, também, neste concelho que os estabelecimentos fabris situados junto da Estrada Nacional n.º 1 fazem trabalhar por sua conta mais de metade do pessoal (63,3%), enquanto nos de Anadia e Albergaria-a-Velha este não representa mais de 24% (cf. Fig. 3). É, ainda, no concelho de Águeda que se regista mais elevada participação da mulher na actividade industrial; cerca de 30% do pessoal é feminino, enquanto no concelho de Albergaria-a-Velha apenas representa 20,4% (15,8% em 1977) e no de Anadia 23%. A sua presença depende das características das indústrias e da atribuição de tarefas laborais consoante se é homem ou mulher.

A idade média é de 30 anos (Fig. 4), embora esta possa aumentar ou baixar, nalguns ramos de indústrias, segundo a exigência de mão-de-obra qualificada, antiguidade da empresa e sexo.

A repartição profissional que, de certo modo, traduz a qualificação dos trabalhadores revela um predomínio de operários em todos os ramos de indústria (quase 80%).

É, ainda, uma mão-de-obra que possui, em regra, baixo grau de qualificação. A sua formação é obtida na própria fábrica onde se emprega ou noutra do mesmo ramo; circunstância que é considerada como anti-económica. Com efeito, essa função deveria recair em escolas profissionais de grau médio ou superior.

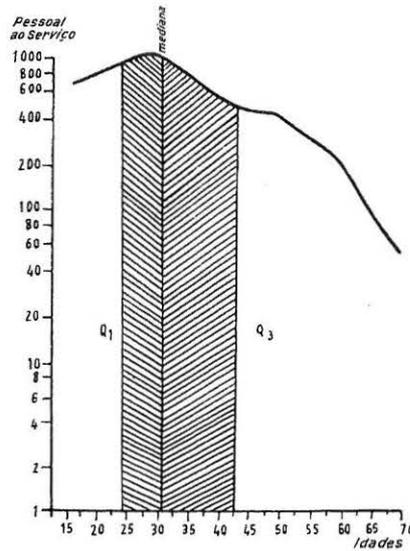


FIG. 4 — Estrutura etária do pessoal

A introdução do «ensino unificado» em Portugal após Abril de 1974 veio agravar uma situação, que já anteriormente se reconhecia, de carência de pessoal com um mínimo de qualificação para o exercício de funções na indústria. Faltam concretamente os mestres e os contramestres que as estruturas do ensino oficial actualmente existente não permitem formar. São, sobretudo, as pequenas empresas que continuam a funcionar como escolas de aprendizagem e formação de pessoal, que depois irá ser recrutado pelas de maior dimensão económica.

O número de «técnicos» ao serviço da indústria é insignificante (cerca de 3%) e apenas os ramos não tradicionais os incluem entre o pessoal.

Por sua vez, as tarefas de «gestão», em regra, são executadas pelos proprietários das firmas. Estes, inclusivamente, nalguns casos, desempenham, eles próprios, funções de «técnicos»; quando possuem uma formação escolar adequada ou experiência adquirida, anteriormente, como operário.

Verifica-se, ainda, que o mercado de trabalho local não tem capacidade de resposta para a oferta, recorrendo-se, deste modo, ao recrutamento em regiões diversificadas (cerca de 40%), embora uma significativa percentagem do pessoal seja natural de concelhos limítrofes.

3.2. É evidente que a «indústria» interverteve a organização do espaço territorial analisado, sem, contudo, se poder falar, de facto, em industrialização. Com efeito, as freguesias onde se localizam os estabelecimentos industriais e as envolventes donde se deslocam trabalhadores têm registado crescimento contínuo da população. Ao mesmo tempo, decresceu, em média 46%, o número de povoações com menos de 100 habitantes. No entanto, segundo o censo de 1981, ainda nenhuma havia atingido os 5 000 habitantes.

A própria casa rural se adaptou, frequentemente, à função simultânea de domicílio e oficina artesanal, ou mesmo indústria que se desenvolveu a partir desta.

O operário permanece, na grande maioria, na dualidade «operário-camponês», embora, nas áreas mais afastadas dos «complexos industriais» se tenha verificado o êxodo rural. Por outro lado, subsistem, ainda, as características de parcelamento agrícola.

Além disto, processou-se, unicamente, uma urbanização «difusa» não tendo nenhuma localidade sofrido um crescimento intenso. De facto, não se verificou a convergência de correntes migratórias, talvez em resultado da localização, mais ou menos dispersa das fábricas, nas áreas rurais; circunstância que tem provocado uma crescente indiferenciação entre estas e as urbanas. Por exemplo, Águeda, recentemente elevada à categoria de cidade (em 26 de Julho de 1985) apesar de apresentar, relativamente a Anadia e Albergaria-a-Velha, um grau de urbanização superior, tem, ainda, uma insignificante concentração de serviços (mesmo sem esquecer que se registou, na última década, tanto no pessoal como nas unidades correspondentes, um acréscimo próximo dos 120%) para responder ao crescimento industrial entretanto verificado.

3.3. Por fim salientamos a necessidade de, com urgência, se prevenir a degradação do ambiente e, nalguns casos, encontrar soluções, em resultado da poluição gerada pela indústria, que se apresenta diversificada no

grau e sua acção. São os efluentes os agentes, actualmente, mais graves. Estes são lançados na rede hidrográfica, directamente ou através dos esgotos urbanos, em fossas ou simplesmente para o exterior, infiltrando-se nos terrenos e poluindo as águas subterrâneas e, deste modo, as nascentes. E, se a outros níveis a situação ainda não despertou alarmes, no entanto, seria aconselhável começar-se, desde já, e no mínimo, pela prevenção a nível da poluição atmosférica resultante de combustão completa ou incompleta das fontes de energia e agravada por processos químicos que lhe roubam o azoto e o oxigénio.

Saliente-se, ainda, que a preservação da qualidade de vida no espaço industrial não é possível com uma «industrialização» mais ou menos espontânea e selvagem onde colidem interesses económicos e sociais.

4. À guisa de remate, podemos avançar que o crescimento industrial verificado na área analisada em pormenor assenta, fundamentalmente, em recursos humanos e financeiros locais. As divergências pontuais, possíveis de encontrar, resultam da tecnologia aliada a um ramo industrial não tradicional ou da estrutura empresarial.

Tem funcionado o espírito de livre iniciativa. O empresário, na generalidade, encontra no distrito de Aveiro uma estrutura industrial mais dinâmica que a média nacional, com perspectivas de obtenção de lucro. Isto funciona como um incentivo ao investimento.

No entanto, só um escasso volume da produção é destinado à exportação e, mesmo assim, esta é constituída, essencialmente, por subprodutos (metalo-mecânicos) destinados à CEE. Relativamente ao mercado interno as indústrias dependem, de modo significativo, do sector da construção civil e obras públicas. Urge, deste modo, promover rapidamente a reestruturação técnica da grande maioria das pequenas e médias empresas, nomeadamente, delinear a dimensão óptima para as empresas a implantar e, para as que existem, diversificar a produção (privilegiando os artigos de fácil penetração no mercado externo) em resposta ao desafio concorrencial da CEE.

Além disto, no âmbito nacional e descentralizado, impõe-se, de imediato, revitalizar o ensino técnico-profissional em moldes adequados às exigências da moderna tecnologia, não só com o fim de a divulgar, mas também proporcionar a inovação e a formação de pessoal qualificado.

Finalmente, impõe-se o estabelecimento de programas de ordenamento do território adaptados quer aos recursos naturais, quer aos recursos humanos a fim de atenuar as disparidades de desenvolvimento económico e industrial, em especial, observadas no distrito.